

## Projetos pedagógicos do curso técnico concomitante em meio ambiente no IFFLUMINENSE: uma análise comparativa da visão da disciplina Português Instrumental<sup>1</sup>

*Pedagogical projects of the concomitant technical course in the environment in IFFLUMINENSE: a comparative analysis of the instrumental portuguese discipline vision*

Recebido: 19/06/2020 | Revisado:  
26/08/2021 | Aceito: 01/10/2021 |  
Publicado: 14/12/2021

**Lyana Carla Cabral Pacheco Pinto Aguiar**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4238-8993>

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de São João da Barra.  
E-mail: [lyanacarla@gmail.com](mailto:lyanacarla@gmail.com)

**Thiago Soares de Oliveira**  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3078-0058>  
Instituto Federal Fluminense  
E-mail: [so\\_thiago@yahoo.com.br](mailto:so_thiago@yahoo.com.br)

**Como citar:** AGUIAR, L. C. C. P. P.; OLIVEIRA, T. S.; Projetos pedagógicos do curso técnico concomitante em meio ambiente no IFFLUMINENSE: uma análise comparativa da visão da disciplina Português Instrumental. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. e10528, Dez. 2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Resumo

Considerando que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), diferentemente de outrora, hoje se volta também à formação de cidadãos conscientes e ativos na sociedade, este trabalho, por meio da pesquisa documental, objetiva comparar os dois últimos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), quais sejam o de 2014 e o de 2016 (em vigor), do técnico concomitante em Meio Ambiente, ofertado *campus* Bom Jesus do Itabapoana, do Instituto Federal Fluminense, tendo em vista como a composição geral dos projetos de tal curso pode orientar a aprendizagem discente, capacitando-os, supostamente, para além do fazer, em especial no que diz respeito à disciplina de Português Instrumental, cujas matrizes curriculares também são comparadas. Ao fim, análises apontam para a possibilidade de uma prática educacional omnilateral, pelo menos em tese e em registro nos documentos em questão.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Projeto Pedagógico de Curso. Ensino Técnico Concomitante. Português Instrumental.

### Abstract

Considering that Professional and Technological Education (EPT), unlike in the past, today it also focuses on the formation of conscious and active citizens in society, through documentary research, this work aims to compare the last two Pedagogical Course Projects (PPCs), which are the 2014 and 2016 (in force), of the concurrent technician in the Environment, offered by the Bom Jesus do Itabapoana campus, from the Federal Fluminense Institute, considering how the general composition of the projects of this course can guide learning student, supposedly training them, beyond doing, especially with regard to the Instrumental Portuguese discipline, whose curricular matrices are also compared. In the end, analyzes point to the possibility of an omnilateral educational practice, at least in theory and registered in the documents in question.

**Keywords:** Professional and Technological Education. Pedagogical Course Project. Concurrent Technical Education. Instrumental Portuguese.

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de um recorte de dissertação de Mestrado defendido do âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal Fluminense.

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é marcada pelo ensino do saber prático, destinado ao mundo do trabalho. No Brasil, a criação dessa modalidade de ensino data de 1809, quando o Príncipe Regente Dom João Maria de Bragança criou o “Colégio das Fábricas”. Em 1840, dez Casas de Educandos e Artífices foram construídas em capitais do país com o objetivo de qualificar os filhos das classes populares e “educar” os menores desvalidos, explicitando, assim, uma perspectiva assistencialista<sup>2</sup>.

A herança colonial escravista influenciou preconceituosamente as relações sociais e a visão da sociedade sobre a educação e a formação profissional. O desenvolvimento intelectual, proporcionado pela educação escolar acadêmica, era visto como desnecessário para a maior parcela da população e para a formação de ‘mão-de-obra’ (BRASIL, 1999, p. 3).

A qualificação por meio dos cursos de caráter técnico consolidou-se com disciplinas de natureza mecânica e manual. Dessa forma, componentes curriculares considerados de natureza intelectual permaneceram a cargo da educação básica. Apesar de vários esforços para romper com a dualidade educacional<sup>3</sup> existente no país, os filhos das classes mais abastadas tiveram na educação básica a oportunidade de estudar para integrar o mundo universitário e ocupar cargos de comando; enquanto os filhos dos trabalhadores tiveram na educação profissional a oportunidade de serem absorvidos rapidamente pelo mercado de trabalho, executando tarefas de maneira automatizada, consolidando uma prática supostamente não refletida.

De acordo com Demerval Saviani (2007), duas modalidades de educação surgiram a partir do escravismo antigo, sendo uma dirigida à classe proprietária; outra, à classe não proprietária. Essas modalidades encontram, hoje, refúgio na distinta matriz curricular da educação básica e da EPT. Enquanto aquela abarca disciplinas que estimulam o saber cultural, a reflexão, a arte, a análise crítica da realidade, aspectos contemplados na educação dos homens livres de outrora; esta, por sua vez, preocupa(va)-se em conter disciplinas que ajudem a formar bons profissionais para o labor manual, assim como a antiga educação dos escravos e serviçais. As instituições escolares deveriam preparar cidadãos para “compreender, julgar e intervir em sua comunidade, de uma forma responsável, justa, solidária e democrática” (SANTOMÉ, 1998, p. 14); a escola porém, tem sido vista muitas vezes como uma “empresa” que atende aos interesses do mercado produtivo, como se ela tivesse a obrigação de ensinar somente aquilo que o aluno precisará para ser absorvido pelo mercado de trabalho.

O decreto 5154/2004, ao regulamentar a educação profissional técnica integrada ao nível médio, amplia os saberes destinados à educação profissional. Com esse decreto, a rede federal de educação – grupo de instituições reconhecidas pela

---

<sup>2</sup> A trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil consta no Parecer CNE/CEB Nº 16/99.

<sup>3</sup> A dualidade educacional consiste na separação entre trabalho intelectual (que fica mais a cargo da educação básica) e o trabalho manual (que fica mais a cargo da EPT).

excelência de ensino a julgar pelo melhor desempenho em ciências, matemática e leitura, superando a média nacional no PISA<sup>4</sup> 2015 – pôde integrar os conteúdos conceituais e os procedimentais, ou seja, integrar a capacidade de saber e a de fazer em um mesmo curso. Porém, a disparidade entre a EPT e a educação básica permanece principalmente na forma do técnico concomitante, tendo em vista a permanência de um currículo quase que exclusivamente tecnicista<sup>5</sup>. A partir da análise feita dos projetos pedagógicos dos cursos (PPC)<sup>6</sup> técnicos concomitantes ofertados pelo IFFluminense, constatou-se que há o Português em somente 11(onze)<sup>7</sup> dos 25 (vinte e cinco)<sup>8</sup> disponíveis; ou seja, somente em 44% dos cursos técnicos concomitantes há essa disciplina de caráter mais humanista.

Nesse sentido, a problemática levantada neste trabalho é: diante desse cenário, como o projeto pedagógico de curso influencia na aprendizagem dos discentes dos cursos técnicos concomitantes, capacitando-os para além do fazer, especialmente em relação à disciplina de Português Instrumental? A partir disso, a proposta é analisar o PPC anterior (2014) e o atual (2016) do concomitante em Meio Ambiente, no IFFluminense, *campus* Bom Jesus do Itabapoana. Esse curso foi escolhido por se encaixarem as condições necessárias para a realização da pesquisa, como alteração significativa no PPC, e por constar explicitamente neste documento (o PPC atual) que o profissional concluinte do curso técnico concomitante em Meio Ambiente “apresentará sólida formação humanística” (BRASIL, 2016, p. 17).

Com o intuito de buscar resposta para a problemática, é objetivo desta pesquisa compreender como a composição geral dos dois últimos projetos pedagógicos do curso técnico concomitante em Meio Ambiente, do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, pode nortear a condução da aprendizagem discente, capacitando-os para além do fazer. Nesse caso, procede-se a uma análise comparativa em consideração a preceitos da EPT disponíveis nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio<sup>9</sup>. À disciplina de Português Instrumental é dada uma atenção especial para averiguar a consonância (ou não) do que é pretendido pelo PPC e pelo o que é efetivamente feito. Trata-se, pois, de uma pesquisa documental, pois ambos os documentos em questão são materiais que não receberam ainda um tratamento analítico e podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 55).

---

<sup>4</sup> PISA: Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes.

<sup>5</sup> Os currículos tecnicistas seguem uma abordagem empirista mecanicista e são “centrados na fragmentação disciplinar e na abordagem transmissiva de conteúdos” (RAMOS, 2008, p. 19).

<sup>6</sup> “O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o instrumento norteador das ações do respectivo curso, no qual é explicitada sua identidade formativa nos âmbitos humano, científico e profissional e suas concepções pedagógicas” (BRASIL, 2017, p. 2).

<sup>7</sup> Agropecuária, Alimentos, Informática e Meio Ambiente do *campus* Bom Jesus do Itabapoana; Agropecuária, do *campus* Cambuci; Mecânica, do *campus* Itaperuna; Eventos, Química e Eletromecânica, do *campus* Cabo Frio; Automação Industrial e Edificações, do *campus* Santo Antônio de Pádua.

<sup>8</sup> Agropecuária, Alimentos, Informática e Meio Ambiente do *campus* Bom Jesus do Itabapoana; Agropecuária, do *campus* Cambuci; Automação Industrial, Edificações, Eletrotécnica, Estradas, Informática, Mecânica, Química e Telecomunicações, do *campus* Campos Centro; Eventos, Química, Eletromecânica e Cozinha, do *campus* Cabo Frio; Eletrotécnica, Mecânica e Química, do *campus* Itaperuna; Mecânica, do *campus* Cordeiro; Eletromecânica, do *campus* Quissamã; Eletromecânica, do *campus* São João da Barra; Automação Industrial e Edificações, do *campus* Santo Antônio de Pádua.

<sup>9</sup> Tais documentos foram selecionados por terem “significado para a organização da educação ou do ensino” (TOZONI-REIS, 2009, p. 42).

Por fim, é preciso registrar que as reflexões contidas neste trabalho não visam a esgotar o assunto nem as possibilidades a partir das quais o tema pode ser abordado, mas sim tecer considerações pertinentes à EPT no que tange à formação discente.

## 2 ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO GERAL DOS PPCs 2014 e 2016

O IFFluminense, assim como outras instituições educacionais, dispõe de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que “consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos” (BRASIL, 2006, s/p). No PDI 2018-2022<sup>10</sup>, consta como missão “promover a educação profissional e tecnológica na perspectiva da formação integral dos jovens” (BRASIL, 2018, p. 45). Ainda nesse documento, tem-se a concepção da instituição a respeito da educação, que é entendida

Em uma dimensão mais ampla, que conduz à formação de um cidadão consciente de seus deveres e direitos; que compreende a realidade e seja capaz de ultrapassar os obstáculos que ela apresenta; que seja capaz de pensar e intervir na perspectiva de possibilitar as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais do meio em que vive. Ou seja, uma educação potencializadora do ser humano enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade e na perspectiva de sua emancipação (BRASIL, 2018, p. 59).

Apesar de a ideia de uma formação integral fazer parte do plano educacional do IFFluminense, percebe-se que, para alunos dos cursos técnicos concomitantes, essa formação mais completa por vezes é uma realidade negligenciada. A educação de cunho mais tecnicista ofertada no passado ainda se faz presente, haja vista o baixo percentual dos cursos técnicos concomitantes em cuja matriz curricular se encontra o Português Instrumental (apenas 44%), bem como a permanência de um currículo quase que exclusivamente tecnicista.

Já o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) tem por finalidade contextualizar e definir as orientações para um determinado curso e, quando “organizado na perspectiva de uma gestão participativa, representa a sistematização das diretrizes filosóficas e pedagógicas tecidas para a otimização do processo educacional” (BRASIL, 2006, p. 9). Como esse documento sistematiza decisões coletivas e deve estar articulado ao Plano de Desenvolvimento Institucional, o qual é reformulado a cada 5 anos, o PPC “deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado” (BRASIL, 2006, p. 9).

Dada essa característica peculiar do documento, é pertinente tecer comparações entre o vigente PPC do técnico concomitante em Meio Ambiente do

---

<sup>10</sup> O PDI abrange “um período de 5 (cinco) anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento” (BRASIL, 2006, s/p).

IFFluminense *campus* Bom Jesus do Itabapoana (2016) e o anterior (2014), a fim de verificar se houve algum avanço no que diz respeito a uma proposta de educação que preze pelo desenvolvimento integral do aluno, bem como se houve alguma modificação na matriz curricular do curso. Como as versões completas dos PPCs não foram disponibilizadas no sítio eletrônico do Instituto, a consulta a tais documentos só possível partir de solicitação formal à instituição. No entanto, o recorte de ambos projetos se encontra mais a seguir.

O PPC de 2014, não mais em vigência, foi configurado para servir de documento único para os cursos concomitante e integrado em Meio Ambiente. Considerando que o concomitante foi implementado no ano de 2013, provavelmente a incipiência na construção do PPC tenha levado à escrita de propostas educacionais que privilegiassem mais a forma integrada, não resguardando uma desejável paridade. Isso pode ser percebido, por exemplo, no objetivo geral, que é o mesmo para as duas modalidades em questão, mas só menciona a forma integrada.

Desenvolver profissionais técnicos de nível médio integrado em Meio Ambiente com perfil sistêmico, assegurando aos educandos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e também, fornecendo-lhes domínio técnico adequado à análise, ao diagnóstico e à solução das questões ambientais em nível nacional, estadual e regional (BRASIL, 2014, p. 10, grifo nosso).

Ainda que conste, na justificativa do curso, que o IFFluminense, *campus* Bom Jesus, intenciona atender às necessidades da região “por meio da oferta de um curso destinado à formação de profissionais cidadãos com visão abrangente dos riscos, aspectos, impactos e possíveis soluções dos problemas ligados à questão ambiental” (BRASIL, 2014, p. 8), no antigo currículo do concomitante, conforme matriz representada na Figura 01, só constam disciplinas de natureza técnica, que privilegiam a teoria e a prática, direcionando, por conseguinte, à formação de um profissional voltada exclusivamente para o exercício do trabalho, sem que haja a preocupação com um efetivo preparo para o exercício da cidadania. Eis a Figura 1:

**Figura 01:** Matriz curricular do curso técnico concomitante em Meio Ambiente (versão 2014)

| MATRIZ CURRICULAR CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM MEIO AMBIENTE CONCOMITANTE<br>2013/1 – 2014/1 |  |                        |
|---|--|------------------------|
| Semestre  | COMPONENTES CURRICULARES                   | CARGA HORÁRIA (h/aula) |
| I   | Ecologia                                   | 80                     |
|   | Geologia Geral                             | 80                     |
|   | Química Ambiental                          | 80                     |
|   | Educação Ambiental                         | 80                     |
|   | Microbiologia Ambiental                    | 80                     |
|   | <b>Subtotal horas-aula</b>                 | <b>400</b>             |
| II  | Coleta e análise de dados                  | 80                     |
|   | Poluição e Controle Ambiental              | 80                     |
|   | Legislação Ambiental                       | 80                     |
|   | Hidrologia                                 | 80                     |
|   | Saúde e Meio Ambiente                      | 80                     |
|   | <b>Subtotal horas-aula</b>                 | <b>400</b>             |
| III   | Gestão Ambiental                           | 80                     |
|   | Recuperação de Áreas Degradadas            | 80                     |
|   | Avaliação de Impactos Ambientais           | 80                     |
|   | Saneamento Ambiental                       | 80                     |
|   | Manejo e Conservação dos Recursos Naturais | 80                     |
|   | <b>Subtotal horas-aula</b>                 | <b>400</b>             |
| <b>Total horas/aula</b>   |  | <b>1200</b>            |
| <b>Total (horas)</b>  |  | <b>1000</b>            |

Fonte: Brasil, (2014, p. 16)

Ao analisar a matriz de 2014, percebe-se que ela é uma amostra do que ocorre de forma genérica no sistema escolar profissionalizante brasileiro: “a formação pelo e somente para o fazer” (MARTINS, 2000, p. 33). O aluno inserido nesse sistema recebe uma formação incompleta, tendo, como observa o professor Marcos Francisco Martins (2000), apenas a impressão de uma ascensão social, o que não ocorre de fato, porque as circunstâncias educacionais impõem a esse indivíduo a ocupação do papel secundário em sua transformação e na transformação das condições sociais. Na verdade, a qualificação do operário carece

Da formação pelo e para o saber, uma formação cultural que lhe possibilitará decidir sobre seu destino histórico e o da sua produção, participando efetivamente das decisões que orientam a direção do coletivo social do qual participa, seria a formação do cidadão, a formação que possibilitaria coincidir governantes e governados (MARTINS, 2000, p. 33-34).

O pensamento de Martins (2000) está em afinidade com o pensamento do pesquisador Antoni Zabala (1998, p. 28), o qual afirma que “educar quer dizer formar cidadãos e cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas”. Para Zabala (1998), a formação integral impulsiona todas as capacidades e, conseqüentemente, todos os tipos de conteúdo, que o autor classifica em: conceituais (o que se deve saber), procedimentais (o que se deve saber fazer) e atitudinais (como se deve ser). Como a educação básica está relacionada à preparação para os estudos universitários, o que predomina no currículo<sup>11</sup> são os

<sup>11</sup> Há várias definições para o termo currículo, mas, neste trabalho, contempla-se a ideia geral de que o “currículo tem significado, entre outros, a grade curricular com disciplinas/atividades e cargas

conteúdos de caráter conceitual; na EPT, os procedimentais, pois a intenção é ensinar aos alunos o que eles devem saber fazer.

Saber, saber fazer e ser são facetas de uma formação que combate a alienação humana e visa ao desenvolvimento pleno do indivíduo. Zabala (1998), ao propor uma formação que abarque os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, defende uma educação integral. Essa perspectiva da integralidade vai ao encontro da instrução omnilateral, termo que, segundo Manacorda (1991, p. 87), foi definido por Marx e expressa o “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação”.

Para visualizar um novo panorama da educação, é necessário romper com a dicotomia entre o saber e o fazer<sup>12</sup>, acrescentando-se ainda a ideia do ser, formando, desse modo, a tríade proposta por Zabala (1998): saber, saber fazer e ser. Essa tríade remete ao começo da educação e da própria origem do homem, pois, segundo Saviani (2007), ambas as origens são coincidentes. O autor ainda esclarece que a existência humana é um produto do trabalho, que o homem não nasce homem, “ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência”. Isso significa que “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Saviani explica também que a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Para o autor, nas comunidades primitivas, “os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações” (SAVIANI, 2007, p. 154). Porém, o desenvolvimento da produção conduziu a uma divisão do trabalho, e a apropriação privada da terra gerou a divisão dos homens em duas classes: a proprietária e a não proprietária. É nesse ponto que ocorre a divisão na educação, que antes era vista como o próprio processo de trabalho.

A classe proprietária, que vivia do trabalho alheio, tinha tempo livre, diferentemente da classe não proprietária, que tinha obrigação de manter a si e ao dono da terra. Assim, “a educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 156). Hoje, uma educação profissional que insiste em ter em sua matriz curricular somente disciplinas técnicas reproduz a educação da classe não proprietária, voltada para o labor manual.

Em 2016, houve uma reestruturação do PPC do técnico em Meio Ambiente. Como pode ser constatado na Figura 02, a forma concomitante passou a ter um projeto pedagógico separado da forma integrada, houve o aumento da carga horária total (de 1200 para 1440) e do tempo de curso (de 1,5 anos para 2 anos), além da modificação dos componentes curriculares. A inserção das disciplinas Português Instrumental e Ética e Cidadania merece destaque, porquanto se deduz que ambas

---

horárias, o conjunto de ementas e os programas das disciplinas/ atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 19).

<sup>12</sup> Martins se vale uma visão gramsciana em relação ao rompimento dessa dicotomia. Ele propõe os princípios da escola unitária de Gramsci, que remetem à intenção “da formação do homem integral, do homem capaz de tudo fazer, já que possui as condições determinadas pela formação tradicional e pela instrução científica e tecnológica” (MARTINS, 2000, p. 32).

são de natureza mais humanística, prezando pelo desenvolvimento de valores éticos, morais, culturais, sociais e políticos.

**Figura 02:** Matriz curricular do curso técnico concomitante em Meio Ambiente (versão 2016)

| MATRIZ CURRICULAR CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM MEIO AMBIENTE CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE 2016 – sistema anual |  |                        |
|---|--|------------------------|
| ANUAL   | COMPONENTES CURRICULARES                                   | CARGA HORÁRIA (h/aula) |
| I   | Ecologia   | 80                     |
|   | Geomorfologia e Hidrologia                                 | 80                     |
|   | Educação Ambiental, Saúde e Meio Ambiente                  | 80                     |
|   | Introdução ao MA   | 80                     |
|   | Português Instrumental                                     | 40                     |
|   | Ética e Cidadania  | 40                     |
|   | Projeto I  | 80                     |
|   | Coleta e análise de dados                                  | 80                     |
|   | Poluição e Controle Ambiental                              | 80                     |
|   | Química Ambiental  | 80                     |
|   | <b>Subtotal horas-aula</b>                                 | <b>720</b>             |
| II  | Projeto Assistido por Computador                           | 80                     |
|   | Topografia básica / Sistema de Informação Geográfica - SIG | 80                     |
|   | Microbiologia Ambiental                                    | 80                     |
|   | Projeto II   | 80                     |
|   | Gestão Ambiental e Empreendedorismo                        | 80                     |
|   | Recuperação de Áreas Degradadas                            | 80                     |
|   | Avaliação de Impactos Ambientais                           | 80                     |
|   | Saneamento Ambiental                                       | 80                     |
|   | Manejo e Conservação dos Recursos Naturais                 | 80                     |
|   | <b>Subtotal horas-aula</b>                                 | <b>720</b>             |
|   | <b>*Total horas/aula</b>                                   | <b>1440</b>            |
|   | <b>Total horas</b>   | <b>1200</b>            |

Fonte: Brasil (2016, p. 27-28).

Com essa reestruturação, o documento em pauta passou a veicular um teor mais condizente com os objetivos traçados para o curso, dentre eles: “desenvolver profissionais técnicos concomitante/subsequente ao ensino médio em Meio Ambiente com perfil sistêmico, assegurando aos educandos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania” (BRASIL, 2016, p. 15, grifos nossos). Uma formação cidadã pressupõe, como atesta Zabala (1998), o desenvolvimento global do



educando, e isso se dá com o abarcamento de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais.

O PPC de 2014 abarca disciplinas que ressaltam os conteúdos procedimentais, não correspondendo, dessa forma, aos ideais de uma formação omnilateral. Enquanto que o de 2016 permite, além dos conteúdos conceituais e procedimentais, a abrangência de conteúdos atitudinais, especialmente devido à inclusão das disciplinas Português Instrumental e Ética e Cidadania, “abrindo portas”, dessa maneira, um suposto<sup>13</sup> desenvolvimento integral do educando. Com essa visão mais holística, o aluno “estará apto para o prosseguimento dos estudos, para o exercício da cidadania e para o ingresso no mundo do trabalho” (BRASIL, 2016, p. 17).

Partindo da perspectiva da mudança curricular efetuada no PPC do concomitante em Meio Ambiente, certifica-se de que já há indícios da tentativa de se ofertar uma formação omnilateral no referido curso; ao menos a organização da matriz possibilita que isso ocorra. Destarte, tal documento está em consonância com os princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio que são, dentre outros:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional; (BRASIL, 2012, p. 2, grifos nossos).

Nesse sentido, a preparação para uma formação integral do estudante e o desenvolvimento para uma vida social e profissional são características de uma educação que se propõe a ofertar uma formação mais completa, reduzindo a dualidade educacional existente no país. Decerto, muito ainda há de ser (re)pensado, (re)elaborado e implementado, para que a EPT no Brasil tenha a sua devida importância reconhecida pela sociedade; não se pode, entretanto, deixar de reconhecer quaisquer esforços e avanços que colaborem para uma mudança de cenário.

### 3 A VISÃO DO PORTUGUÊS INSTRUMENTAL NO PPC

Tendo em vista que a inserção das disciplinas Português Instrumental e Ética e Cidadania configura, de certo modo, um progresso na (re)formulação do PPC e um avanço para a prática educacional, oportunizando uma formação omnilateral, ainda há um caminho a ser percorrido, já que essas disciplinas são ofertadas somente no

---

<sup>13</sup> Entende-se como desenvolvimento suposto porque é sabido que, para uma formação integral do indivíduo, não basta o mero registro na legislação interna da instituição apontando para tanto, sendo necessária a conjunção de diversos fatores que, normalmente, extrapolam o ambiente escolar, além da consideração das peculiaridades e dos aspectos da atuação dos atores educacionais.

primeiro módulo do curso e com a carga horária inferior a todas as outras disciplinas técnicas.

Na matriz curricular de 2016, as disciplinas técnicas têm cada uma a carga de 80 horas/aula; as duas disciplinas não técnicas, 40 horas/aula cada uma (metade da carga horária destinada às disciplinas técnicas). Isso, na prática, traduz-se em 01 aula semanal de cada disciplina não técnica ou 02 aulas a cada quinzena. Considerando que o curso prevê um total de 1440 horas/aula, pode-se dizer que é ínfima a quantidade de horas destinada às disciplinas que possuem um caráter mais reflexivo, mais humanístico.

Se ainda se considerar que o Português Instrumental é tido como um suporte para a parte técnica, já que, conforme o PPC, essa disciplina visa ao “aprimoramento e solidificação dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento de outras disciplinas da parte técnica, que requeiram conhecimentos específicos para o melhor desenvolvimento do Curso” (BRASIL, 2016, p. 26), a quantidade de horas/aula destinadas ao exercício de questões que envolvam a cultura e as relações sociais no mundo contemporâneo cai consideravelmente. Este exercício ficaria somente a cargo da disciplina Ética e Cidadania, que, com 40 horas/aula, corresponde a menos de 3% do total da carga horária curricular.

Diante do que foi exposto, há o indicativo de que a existência de uma disciplina propedêutica na matriz curricular de um curso profissional não significa propriamente que serão abordados aspectos da educação básica que prezam, por exemplo, pelo desenvolvimento intelectual, moral, criativo do indivíduo. Cabe, então, um olhar mais minucioso para a descrição do componente curricular Português Instrumental – apresentado no Figura 03 - a fim de verificar a possibilidade de se contemplarem tais aspectos e, assim, prezar por uma formação integral.

**Figura 03:** Descrição do Componente Curricular Português Instrumental

|  |                            |
|--|----------------------------|
| <b>Curso: Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio</b> |                            |
| <b>Eixo Tecnológico: Recursos Naturais</b>                       | <b>ANO: 1°</b>             |
| <b>Componente: Português Instrumental</b>                        | <b>Carga horária: 40 h</b> |
|  | <b>1-1/0</b>               |

**Objetivos:**

**Geral:**

Articular as redes de diferenças e semelhanças entre a língua oral e escrita e seus códigos sociais, contextuais e linguísticos. Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significado e integradora da organização do mundo e da própria identidade. Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos e contextos, mediante a natureza, função e organização, de acordo com as condições de produção. Considerar pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal.

**Ementa:**

Linguagem e língua. Gramática. Produção textual. Coesão e coerência textual. Gêneros e tipologias textuais. Relatórios técnicos.

Fonte: Brasil (2016, p. 33-34).

O Português passou a ser abordado nas escolas brasileiras, segundo a professora Magda Soares (2012, p. 146), no início do século XVI, com o estudo da gramática e da retórica; esta última incluía o estudo da poética. Porém, foi só a partir do século XIX, que retórica, poética e gramática passaram a ser “as disciplinas nas quais se fazia o ensino da língua portuguesa até o fim do Império; só então foram elas fundidas numa única disciplina que passou a se denominar Português” (SOARES, 2012, p. 149).

Atualmente, o ensino da retórica passou ao ensino da redação; o ensino da poética, por sua vez, transformou-se no ensino da literatura, e a gramática manteve primazia no estudo da Língua Portuguesa. Embora essa primazia da gramática persista nas aulas de Português nas escolas brasileiras (SOARES, 2012), o ensino da disciplina Língua Portuguesa é constituído de forma tríplice: gramática, redação e literatura.

De forma bem reducionista, à gramática normativa cabe prescrever as regras e determinar o uso considerado correto/adequado<sup>14</sup> das línguas escrita e falada. À redação cabe a escrita de diferentes gêneros textuais e à literatura cabe o estudo dos textos literários e movimentações artístico-cultural. O estudo dessas três grandes áreas pode ser atrelado aos preceitos de Zabala (1998): o conteúdo conceitual ficaria a cargo da gramática normativa; o conteúdo procedimental, a cargo da redação; o conteúdo atitudinal, da literatura. Assim, ao se trabalhar em sala de aula as três áreas que constituem o ensino da Língua Portuguesa, o estudante tem a oportunidade de ter acesso ao saber, ao saber fazer e ao ser em única disciplina. Os cursos técnicos, ao estabelecerem no ensino do Português um caráter instrumental, reforçam a primazia da gramática normativa sobre as outras áreas, alijando o ensino completo dessa disciplina e, por conseguinte, ofertando uma formação incompleta.

Analisando os objetivos do Português Instrumental no concomitante em Meio Ambiente, nota-se, a princípio, um equívoco em relação à nomenclatura da disciplina, provavelmente, uma herança do documento de 2014, quando as formas concomitante e integrada eram abordadas num único projeto<sup>15</sup>. Identifica-se também a orientação para essa disciplina no curso: servir de suporte para as disciplinas técnicas. Isso se confirma devido à prevalência na seleção de aspectos gramaticais (e. g. semelhança e diferença entre a língua oral e a escrita, compreensão e uso da Língua Portuguesa como língua materna), os quais são considerados a parte “dura” da disciplina com predomínio de regras no estudo da gramática normativa, ou, nas palavras do professor Thiago Soares de Oliveira: “Chama-se de núcleo duro o conjunto composto pelas áreas historicamente componentes da gramática, quais sejam a fonética/fonologia, a morfologia e a sintaxe” (OLIVEIRA, 2018, p. 144).

Nessa linha de pensamento, pode-se entender que a ementa da disciplina Português Instrumental acaba funcionando como um elemento homogeneizador, já que tende a “uma padronização que nem sempre corresponde às expectativas do indivíduo que maneja a língua, já que é pressuposto da diversidade linguística a flexibilidade que proporciona o processo criativo do indivíduo quando compõe uma sentença” (OLIVEIRA, 2019, p. 116). Apesar disso, o autor não dirige críticas propriamente “ao ensino tradicional da língua materna, mas à condução restrita que

---

<sup>14</sup> Este trabalho não tem o objetivo de distinguir o uso da gramática normativa da descritiva nem suscitar discussões acerca das variedades linguísticas.

<sup>15</sup> Esse equívoco ocorre em todas as descrições dos componentes curriculares do curso técnico concomitante em Meio Ambiente.

desconsidera pontos relevantes que também dizem respeito, ainda que secundariamente, ao tratamento da norma” (OLIVEIRA, 2019, p. 131).

Ministrar disciplinas propedêuticas com fins de suporte para as disciplinas técnicas não é uma realidade exclusiva dos cursos concomitantes. Aliás, o professor Hudson Marques da Silva (2013) observa que isso também é comum nos cursos técnicos integrados. Segundo ele, “as disciplinas do Ensino Médio, que compõem a formação geral, sobretudo filosofia, sociologia, música, arte e literatura, tendem a ser diminuídas, sendo consideradas apenas um apoio às disciplinas técnicas, por serem estas o real ou principal objetivo do curso técnico” (SILVA, 2013, p. 4). De fato, quando se analisa a ementa proposta, a primazia pela gramática permanece, mas aspectos relacionados à redação são mencionados como tópicos a serem estudados: produção textual, coesão e coerência textual (que também podem ser tidos como aspectos gramaticais<sup>16</sup>), gêneros e tipologias textuais e relatórios técnicos. Há a menção a textos tanto nos objetivos quanto na ementa, só não há a especificação quanto a sua literariedade<sup>17</sup>. Sob essa construção do componente curricular Português Instrumental, a não abordagem explícita da literatura no documento em questão pode ser um indício de que ela não é tida como elemento significativo; há, no entanto, a oportunidade para abordá-la, ficando mais a cargo de uma escolha do professor da disciplina do que de alguma determinação expressa, registrada institucionalmente, ao que parece.

Essa ausência da institucionalização da literatura no PPC demonstra um hiato no que é proposto como um dos objetivos do curso (formação de profissionais cidadãos) e no que é feito. É difícil que um indivíduo tenha uma formação que vise ao estímulo da “autonomia e a construção de uma consciência crítica, política e reflexiva” (BRASIL, 2016, p. 54) com somente uma disciplina (Ética e Cidadania) abordando aspectos para que isso ocorra, tendo ainda um agravante: essa disciplina possui uma carga horária equivalente a menos de 3% do total da carga do curso. Sem falar que a literatura, para além de ser um prazer estético e de ser um dos pilares para uma formação cidadã, é um direito do brasileiro, mas pouco reivindicado. Reivindicam-se com frequência muitos outros direitos, num esforço para construir um país mais justo, porém “existe um direito ao qual não temos dado a devida atenção: o direito de ter acesso à literatura. Existem no Brasil hoje cerca de 68 milhões de jovens e adultos que, apesar de já terem aprendido a ler, não leem romances, nem livros de contos ou poesia, enfim, nenhuma obra literária” (CADEMARTORI, 2006, p. 10).

A perspectiva da professora Lígia Cademartori (2006) vai ao encontro dos pensamentos de Antônio Candido (2004). O crítico literário versa sobre o direito à literatura e afirma que “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (CANDIDO, 2004, p. 191). Esse direito defendido por Cademartori (2006) e por Candido (2004) é assegurado por leis, princípios e diretrizes de planos nacionais estruturantes. A Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, por exemplo, estabelece uma política nacional de leitura e escrita como estratégia permanente para promover, dentre outros, a literatura. Reconhece, ainda, no art. 2º, que leitura e escrita são um direito e que é possível ter, por meio delas, “as condições

---

<sup>16</sup> A depender da abordagem do assunto em sala de aula.

<sup>17</sup> Segundo o dicionário linguístico Michaelis online, literariedade significa “qualidade de literário; natureza de um texto que, por possuir certas características específicas, pode ser considerado literário”.

para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa” (BRASIL, 2018, s/p).

Assim, por mais que o texto literário não apareça de forma evidente como conteúdo a ser trabalhado no concomitante em Meio Ambiente, não há como negar o direito que o aluno, enquanto cidadão, tem de ter acesso a ele. Não se exclui a possibilidade que esse aluno tem de acessar a literatura por conta própria, mas, partindo do princípio de que a população leitora no Brasil é de 56% e que, quanto menor é a renda familiar, menor também é o hábito de leitura de livros<sup>18</sup>, dificilmente haverá essa postura proativa. Além do mais, o professor tem papel fundamental no incentivo à leitura, pois

É preciso saber ler o texto literário de modo diferenciado, uma vez que ele apresenta tanto fins práticos quanto estéticos. É por isso que ler o texto literário requer a manipulação não apenas de uma perspectiva crítica, mas também interpretativa e analítica. Todos esses saberes fazem parte de um universo de conhecimento e aprendizagem que se relaciona diretamente com o ensino da literatura (SILVA, 2010, p. 3).

Uma vez aprendido a ler um texto literário, possivelmente o aluno terá mais estímulo e autonomia para buscar por si mesmo a leitura de outras obras que julgar interessantes. Presume-se que o benefício com a abordagem da literatura na sala de aula vai além do aguçamento da reflexão e da sensibilidade. A literatura tem um caráter humanizador, por isso é que se entende que a sociedade só tem a ganhar com profissionais gabaritados no exercício do fazer e com indivíduos que possuam um olhar mais plural para a realidade circundante.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, cumpre observar que o objetivo da pesquisa foi alcançado, na medida em que, a partir da análise comparativa proposta, pôde-se constatar que a composição geral dos dois últimos projetos pedagógicos do curso técnico concomitante em Meio Ambiente, do *campus* Bom Jesus do Itabapoana, pode nortear a direção em que caminha a aprendizagem dos discentes, influenciando na capacitação para além do fazer.

Além disso, verificou-se que os PPCs em pauta estão de acordo, em alguns pontos, com os preceitos da Educação Profissional e Tecnológica. As ementas do componente curricular Português Instrumental, por sua vez, também foram analisadas, quando se pôde notar que não há determinação no sentido de que se abordem textos literários com fins voltados para uma formação omnilateral. Isso institucionalmente expresso, acrescenta-se.

Por outro lado, fica patente que a prática educacional omnilateral pode ser alcançada (ou sofrer aproximação) com as reformulações dos projetos pedagógicos dos cursos os quais nortearão a ação docente. Isso foi possível de se perceber com

---

<sup>18</sup> Dados segundo a pesquisa “Retratos da leitura no Brasil 4” (2016), realizada pelo Instituto Pró-livro.

base na análise da composição geral do antigo e do atual PPC do técnico concomitante em Meio Ambiente. A inserção de duas disciplinas propedêuticas – Português Instrumental e Ética e Cidadania – acrescentou à matriz curricular do curso em questão instruções de caráter mais humanístico, coexistindo, assim, com as instruções técnicas.

Por fim, ressalta-se a importância de se abordarem aspectos mais humanísticos nessa modalidade de ensino (técnico concomitante), com ênfase para a relevância do papel da literatura numa formação cidadã, até porque não parece interessante dar à disciplina de Português um caráter também puramente técnico. Espera-se, portanto, que o presente trabalho seja um estímulo para as próximas (re)formulações dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos concomitantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Brasil no PISA 2015**: Análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros. OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Fundação Santillana, 2016. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015\\_completo\\_final\\_babai.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_babai.pdf). Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 16/99, de 05 de outubro de 1999**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 6/12, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de julho de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm). Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. **Formulário do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Disponível em:

[http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form\\_PDI.htm](http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm). Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm). Acesso em: 02 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense *campus* Bom Jesus do Itabapoana. **Projeto pedagógico do curso técnico**

**concomitante/subsequente ao ensino médio em meio ambiente.** Bom Jesus do Itabapoana (RJ): Instituto Federal Fluminense, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense *campus* Bom Jesus do Itabapoana. **Projeto pedagógico do curso técnico concomitante/subsequente ao ensino médio em meio ambiente.** Bom Jesus do Itabapoana (RJ): Instituto Federal Fluminense, 2016.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** IFFluminense, 2018-2022. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/desenvolvimento-institucional/arquivos/pdi-2018-2022-com-resolucao-menor.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 1.917, 28 dezembro de 2017.** Instrução Normativa nº 02/2017/PROEN, 21 de dezembro de 2017. Institui as diretrizes para a estruturação e estabelece trâmites para a criação e reformulação de Projetos Pedagógicos de Cursos. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/portarias/2017/dezembro/portaria-1515700969.2>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CADEMARTORI, L. **Literatura para Todos: Conversa com educadores.** Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *In: Vários escritos.* 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul/São Paulo: Duas cidades, 2004.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 4.** Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: [http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016\\_LIVRO\\_EM\\_PDF\\_FINAL\\_COM\\_CAPA.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf). Acesso em: 08 ago. 2019.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna.** São Paulo: Cortez, 1991. Disponível em: <http://proferlao.pbworks.com/w/file/fetch/33775878/MANACORDA.%20MARX%20E%20A%20PEDAGOGIA%20MODERNA.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

MARTINS, M. F. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=literariedade>. Acesso em: 04 nov. 2019.

OLIVEIRA, T. S. A oposição erro x acerto como dicotomia típica da tradição gramatical: noção ultrapassada? *In: BORGES, K. J. S.; SILVA, R. M. (Orgs.). Leituras e releituras: olhares e discursos.* Rio de Janeiro: Mares Editores, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1TXhwqpaRDAtUVA45x4UAz3V4-9yKcvdw/view>. Acesso em: 19 jun. 2020. DOI: 10.35471/978-85-5927-055-6

OLIVEIRA, T. S. **Tradição, Gramática e Discurso: o posicionamento em compêndios de normas.** 181f. Tese (Doutorado em Cognição e Linguagem), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: [http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/2018\\_tese-thiagosoaesdeoliveira\\_020920191528.pdf](http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/2018_tese-thiagosoaesdeoliveira_020920191528.pdf). Acesso em: 31 out. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1lp5R-RyTrt6X8UPoq2jJ8gO3UEfM\\_JJd/view](https://drive.google.com/file/d/1lp5R-RyTrt6X8UPoq2jJ8gO3UEfM_JJd/view). Acesso em: 28 abr. 2019.

RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado** Fórum EJA. Seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, 08/09 de maio de 2008. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.ppd](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.ppd). Acesso em: 13 fev. 2007.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre, RS. Artmed, 1998.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

SILVA, H. M. **O Estudo da Literatura de Ficção na Formação Técnica**: concepções de docentes e discentes do IFPE *campus* Belo Jardim. In: Congresso Internacional da ABRALIC Internacionalização do Regional. Campina Grande: Editora Realize, 2013. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/abralicinternacional/trabalhos/Completo\\_Co\\_municacao\\_oral\\_idinscrito\\_173\\_82f2020d84d17e48269f1b5d1ed07ba4.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/abralicinternacional/trabalhos/Completo_Co_municacao_oral_idinscrito_173_82f2020d84d17e48269f1b5d1ed07ba4.pdf). Acesso em: 18 set. 2017.

SILVA, M. Literatura e experiência de vida: novas abordagens no ensino de literatura. **Nau Literária: crítica e teoria de literaturas**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, jul/dez 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/14466/11687>. Acesso em: 20 set. 2017.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia de pesquisa**. 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

ZABALA, A. **A Prática Educativa**: como ensinar. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.